

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS ATUAIS

Giceli Ribeiro dos Santos\*

**RESUMO:** *Ao contrário do que se possa imaginar, a história da Educação Especial no Brasil não é algo recente. Desde a época do Império já havia interesse de fazer com que pessoas portadoras de necessidades especiais pudessem receber educação formal, institucionalizada. Entretanto, este processo de inclusão aconteceu paulatinamente, passando a ganhar maior destaque a partir da promulgação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961/1971) fazendo com que os portadores de necessidades educacionais especiais tivessem assegurado seu direito à educação. Com a promulgação da LDB 9394/96, dá-se um grande passo em prol da Educação Especial no país. As pessoas vulgarmente conhecidas como “deficientes”, a partir de então, passariam a frequentar, juntamente com as ditas “normais”, as turmas de ensino regular. Entretanto, se formos observar a fundo, chegaremos à conclusão de que essa tentativa de “inclusão” vem desde 1961, quando foi promulgada a LDB de nº 4.024/61, ou seja, a primeira! Fica nítido o pouco caso com que a educação, de forma particular a Educação Especial, tem sido tratada em nosso país. Mas, para isso, é de fundamental importância que se invista em profissionais qualificados, em infra-estrutura para as escolas acolherem melhor o alunado; contratação de profissionais da área de saúde a fim de que possam auxiliar no desenvolvimento psicomotor dos alunos, enfim, é necessário que as leis saiam do papel e transformem-se numa realidade concreta onde o desejo de ser incluído deixe de ser um sonho e torne-se real.*

**Palavras-chave:** Educação Especial; Avanços; Entraves.

### INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como objetivo discutir a Educação Especial no país, de modo a fazer um retrospecto sobre essa modalidade de ensino em terras brasileiras. Para tanto, utilizaremos vasto marco teórico a respeito do assunto, a fim de que os passos dados em favor do ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais sejam, aqui, não só registrados, mas também rememora a cada luta, cada conquista em prol dessa modalidade de ensino que, ao longo dos tempos, tem demonstrado sua peculiar importância. Entretanto, faz-se necessário esclarecer que não só de avanços vive a Educação Especial no Brasil. Na realidade, desde 1961, quando, depois de proclamada a República, pela primeira vez neste país, o portador de necessidades especiais teve seu direito à educação assegurado em lei. Tem sido uma luta constante e árdua fazer com que estas pessoas possam ser incluídas, verdadeiramente, no ensino regular, já que até pouco tempo atrás sua educação, assim como toda sua vida em sociedade, era restrita a uma “redoma de vidro” à qual estava limitada sua existência.

Destarte, necessário se faz esclarecer que o objeto dessa pesquisa, as leis de cunho nacional, estão em constante processo de reavaliação, o que nos permite analisar, à luz dos nossos dias, não apenas o que mudou em Educação Especial mas, principalmente, em que pode mudar a fim de, por conseguinte, transformar a vida de pessoas até então sem grandes

---

\* Acadêmica do Curso de Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.  
Orientadora: Professora Ana Verena Freitas Paim.

perspectivas de futuro, numa vida em que a cidadania seja presença marcante em cada um desses indivíduos.

Delimitado nossos objetos – as leis e os teóricos – assim como nosso objetivo – constatar as mudanças ocorridas com o passar dos anos, verificando os avanços e os retrocessos acerca dessa modalidade de ensino, passemos a entender a problemática que envolve esta modalidade de ensino, fazendo um breve retrospecto acerca de sua história no mundo para, num segundo momento, buscarmos abordar sua introdução, seus avanços e seus entraves em nosso país.

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNDO**

Falar sobre educação especial no Brasil, dos seus primórdios aos dias atuais, requer, antes de qualquer coisa, conhecermos um pouco da história dessa modalidade de ensino no mundo, ou melhor, nos Estados Unidos e na Europa, onde tudo começou. Não basta saber em que nível estamos, é necessário que tenhamos consciência do quanto avançamos e, o que é essencial, do quanto ainda podemos avançar, embora ainda tenhamos que enfrentar grandes obstáculos para isso.

Segundo Mazzotta (1999, p.16), até o século XVIII, “as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas”. Além disso, as primeiras tentativas de instalar uma educação voltada para pessoas com necessidades especiais foi realizada, paulatinamente, por pessoas e grupos diversos, principalmente na Europa. Países como a França, a Alemanha, a Inglaterra e, aqui na América, os Estados Unidos, com suas pesquisas e seu empenho em melhorar as condições de vida dos portadores de deficiência, contribuíram, de uma forma ou de outra, para que este empenho se tenha disseminado pelo resto do mundo. Exemplo disso foi a criação, em 1950, nos Estados Unidos, da National Association for Retarded Children – NARC – inspiradora, no Brasil, das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

No Brasil, o primeiro passo em prol da educação especial foi dado por D. Pedro II, ainda em 1854, ao observar que o deficiente visual, no caso específico, o José Álvares de Azevedo, era capaz de ler, perfeitamente, através do Sistema Braille. É válido observarmos que José Álvares havia estudado no Instituto dos Jovens Cegos, criado por Valentin Haüy, em Paris, e que este instituto ficou conhecido como a primeira escola do gênero na Europa, por conseguinte, no mundo. Ao final deste mesmo ano, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente denominado Instituto dos Meninos Cegos, Instituto Nacional dos Cegos e, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant.

A experiência do Instituto Benjamin Constant ultrapassa a esfera delimitada pelo horizonte da pedagogia. Ao longo de sua história, a Instituição teve de se envolver em diferentes campos de ação: reconhecimento do potencial das pessoas portadoras de cegueira; valor da educação para pessoas cegas; necessidade de continuidade dos estudos de seus alunos, após a conclusão de cursos da Instituição; acesso de alunos portadores de cegueira na escola comum; reabilitação; apoio ao educando; prevenção da cegueira; formação de recursos humanos. (MEC – Tendências e Desafios da Educação Especial. 1994 p.225-6).

O Instituto Benjamin Constant é o primeiro, na América Latina, a editar uma revista voltada para os deficientes visuais: a Revista Brasileira para Cegos – RBC – criada em 1942.

Segundo Mazzotta, até 1950, o Brasil possuía quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público; destes, um era federal e os demais estaduais; todos, de alguma maneira, faziam atendimento escolar especial a deficientes mentais. Existiam, ainda, mais quatorze estabelecimentos de ensino regular que faziam o atendimento a alunos com outras deficiências. Foram criadas mais três instituições especializadas (uma estadual e duas particulares) para atender deficientes mentais, e outras oito (três estaduais e cinco particulares) para a educação dos demais deficientes.

No que tange ao atendimento a deficientes físicos, podemos citar o Lar-Escola São Francisco, criado por Maria Hecilda Campos Salgado que descreve um pouco de sua experiência como educadora:

Trabalhando como voluntária junto ao Abrigo de Menores, verifiquei haver, no meio de centenas delas [crianças], treze meninos fisicamente prejudicados e exigindo, mais que os outros, cuidados especializados. Eram quase todos sem família. Alguns, “órfãos de pais vivos”, todos revoltados, desamparados, infelizes. Queixavam-se de que os companheiros os chamavam de “aleijados”, “miseráveis”, “paralíticos”, e que a única coisa que poderiam fazer depois de adultos seria pedir esmolas ou vender bilhetes. (MAZZOTA, 1999, p. 39).

Como podemos observar, de acordo com o exposto na fala de Maria Hecilda, historicamente, no Brasil, o deficiente, fosse ele físico ou mental, não tinha o direito ao convívio com seu semelhante, fosse na escola, na igreja ou na família. Na realidade, estas pessoas eram vistas como uma espécie de “aberração”, devendo, por isso, ficar à margem da sociedade.

Outra importante instituição no atendimento aos deficientes físicos é a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD). Fundada em 1950, mantém um dos mais importantes Centros de Reabilitação do Brasil. Trata-se de uma “instituição particular especializada no atendimento a deficientes físicos não-sensoriais, de modo especial portadores de paralisia cerebral e pacientes com problemas ortopédicos, mantém convênios com órgãos públicos e privados, nacionais e estrangeiros”. (MAZZOTTA, 1999, p.41)

Desde 1979, foi concedido, aos serviços especializados prestados pela AACD, um caráter de suporte ou suplementação da educação escolar.

Dispensando maiores apresentações, a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – foi criada em 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido inspirada, como dito acima, na NURC, uma instituição americana. A idéia da criação das APAEs foi tão bem recebida que, até 1993, existiam 230 APAEs no estado de São Paulo e 1.058 no país.

Aproveitando-se da aprovação da Lei nº 5.692/71, que no artigo 9º previa tratamento especial aos excepcionais, o então presidente da Federação Nacional das APAEs, Dr. Justino Alves Pereira, requereu do Conselho Federal de Educação a adoção de medidas urgentes, para que o campo do ensino e amparo ao excepcional fosse dinamizado, uma vez que, nos demais setores da educação, isto já estava acontecendo. Para dar maior embasamento ao requerimento, o relator destaca a Lei nº 4.024/61 que dedica um capítulo à educação de excepcionais, e a Lei nº 5.692/71, que coloca a questão como um caso de ensino regular. Esta lei é de suma importância, pois visa inserir os excepcionais num contexto social mais amplo.

Observamos até aqui que, embora tenhamos avançado, e muito, na maneira de conceber o deficiente, a educação voltada para ele era feita de forma excludente: excluía-se do seu convívio os “coleguinhas” ditos “normais”, o ambiente de uma escola regular, a participação da família, de forma mais efetiva, enfim, educava-se não para que este aluno fosse incluído/integrado no

mundo das demais pessoas, mas sim para viver numa espécie de redoma de vidro, onde ele só estivesse apto ao convívio com seus “iguais”.

A partir da década de 1970 ocorreram profundas modificações na concepção da deficiência e da Educação Especial, dando lugar a uma nova forma de entender a problemática dos deficientes na perspectiva psicoeducativa. O conceito Necessidades Educativas Especiais e a realidade da integração dos deficientes em escolas normais têm determinado notáveis modificações na concepção de currículo, nos métodos de ensino, na atuação administrativa e, com certeza, na formação do professor. (HERRERO, 2000, p. 1)

Entretanto, mesmo havendo empenho por parte de alguns governantes (poucos, bem verdade!) e por parte da sociedade, de modo geral, não tem sido nada fácil para países como o Brasil incluir o portador de necessidade educacional especial no sistema regular de ensino, dando a ele não só a oportunidade de estar nestas classes como, e principalmente, dando a ele a oportunidade de desenvolver seu potencial e se tornar um cidadão, no verdadeiro sentido da aceção.

Três são os fatores principais que contribuem, sobremaneira, para que a Educação Especial caminhe a passos lentos em nosso país.

O primeiro fator, ou melhor, a primeira barreira a ser enfrentada pela Educação Especial é o pré-conceito, o conceito antecipado de que o deficiente é um ser improdutivo que, por sua “deficiência”, não pode acrescentar nada à sociedade, nem dela absorver coisa alguma, restando a ele um estado de inércia absoluta. Pelo fato de tratar de pessoas com características “diferentes”, costuma-se não aceitá-lo como ser humano, já que ele não responde ao padrão de normalidade determinado pela “maioria”. Seus limites não são respeitados, suas potencialidades não são (re)conhecidas. Professores e alunos que lidam com portadores de necessidades especiais tendem a adotar duas posturas distintas, porém, altamente prejudiciais aos deficientes. A primeira postura é a de centrar o trabalho no aluno a ser incluído como se ele tivesse a obrigação de alcançar os demais; já no segundo caso, tende-se a dar um “auxílio” excessivo a esses alunos, de modo que todas as suas atividades sejam desenvolvidas por terceiros que, por “generosidade”, acabam transformando o portador de necessidades especiais em um incapaz. Em ambos os casos, na tentativa de “incluir”, termina-se excluindo ainda mais esses alunos.

Em educação, entende-se que a criança com necessidades especiais deve ter as mesmas experiências da escola normal, em um ambiente o menos restritivo possível. Não se pretende fazer do deficiente uma criança normal, mas normalizar sua vida — que vá à mesma escola, que compartilhe com todas as crianças as mesmas aulas, o refeitório, os jogos, os mesmos programas educativos e, em geral, que tenha a mesma participação nas atividades escolares. (HERRERO, 2000, p. 11).

O segundo e o terceiro fatores estão íntima e diretamente ligados: a falta de verbas para essa modalidade de ensino e a má formação dos profissionais de educação.

Para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a tarefa de incluir alunos portadores de necessidades educacionais especiais numa sala de ensino regular, tem sido árdua, embora contínua.

Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico de 2000), o número global de pessoas com necessidades especiais no Brasil é significativo, se comparado à população geral do país. Estima-se que existam, atualmente, cerca de 4.195.295 pessoas portadoras de necessidades especiais em idade potencialmente escolar – dos 9 aos 24 anos. Levando-se em consideração que, segundo

esse mesmo censo, a população total do Brasil é de, aproximadamente, 178. 854. 427 habitantes, o número supracitado é bastante relevante.

Vejamos, a título de verificação, a tabela abaixo:

<b>EVOLUÇÃO DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA</b>								
—	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Tipo de Necessidade</b>	<b>Quant. alunos</b>	<b>Quant. alunos</b>	<b>Quant. alunos</b>	<b>Quant. alunos</b>	<b>Quant. alunos</b>	<b>Quant. alunos</b>	<b>Quant. alunos</b>	<b>Quant. alunos</b>
<b>Total Brasil</b>	201.142	334.507	337.326	374.129	300.520	323.399	337.897	500.375
<b>Deficiência Visual</b>	8.081	13.875	15.473	18.629	8.019	8.570	9.622	20.521
<b>Deficiência Auditiva</b>	30.578	43.241	42.584	47.810	35.545	36.055	35.582	56.024
<b>Deficiência Física</b>	7.921	13.195	16.463	17.333	10.764	12.182	11.817	24.658
<b>Deficiência Mental</b>	121.021	189.370	181.377	197.996	178.005	189.499	199.502	251.506
<b>Deficiência Múltipla</b>	23.522	47.481	42.582	46.745	41.726	47.086	50.484	62.283
<b>Condutas típicas</b>	9.529	25.681	8.994	9.223	7.739	9.190	9.744	16.858
<b>Superdotação</b>	490	1.724	1.187	1.228	454	692	625	1.675
<b>Outras</b>	-	-	28.666	35.165	18.268	20.125	20.521	66.850

O número de alunos com necessidades educacionais especiais vem aumentando, ano após ano, de forma a exigir das autoridades competentes uma série de investimentos que vão desde a estrutura física das escolas que receberão tais alunos à formação do professor e dos demais profissionais que lidarão com esses educandos. É válido salientar a observação feita por Mazzotta (1993), a respeito da formação do professor de educação de especial:

O professor de educação especial não constitui uma duplicação do psicólogo, do oftalmologista, do fonoaudiólogo, do fisioterapeuta, do terapeuta ocupacional, do psiquiatra, do fonatra ou de outros profissionais. É um professor que deve lecionar o mesmo que ensinou ou continua a ensinar aos alunos “normais”, desde os hábitos mais elementares e as habilidades de ler, escrever e contar, até as Ciências, os Estudos Sociais, a Educação Física etc. O trabalho que lhe compete, segundo a prescrição legal, reveste-se de um nítido e exclusivo sentido pedagógico. (MAZZOTTA, 1993)

Como se pode notar, cabe ao professor a parte pedagógica da educação especial, cabendo ao poder público investir não só em professores, mas também em profissionais das áreas médicas acima citadas, de forma que os alunos tenham todas as suas habilidades desenvolvidas.

É de suma importância salientarmos que, dentro dessa modalidade de ensino, encontram-se os alunos superdotados que, pelo grau de facilidade com que apreendem o conteúdo trabalhado em sala de aula, tornam-se “indesejáveis” aos olhos dos professores pelo simples fato de colocarem em risco a “autoridade” desses profissionais, que são fruto de uma educação tradicionalista não admitindo que o aluno possa ir além daquilo que ele, professor, se propõe ensinar. Segundo Carneiro (1998), “O Brasil cuida mal ou não cuida do aluno com elevada aptidão intelectual, talvez porque não tenha conseguido resolver questões mais gerais da educação básica. Só que a educação do superdotado é, igualmente, uma questão de educação básica!”.

Não bastasse a ausência de recursos financeiros o suficiente, o país, ainda, não conta com um programa de formação de professores de educação especial capaz de abranger todo território nacional. Há, é verdade, alguns cursos de especialização, mestrado e doutorado bons, mas que por ora não atendem à demanda do número de alunos que adentram a educação especial a cada ano. Além disso, a maioria desses cursos limita-se ao eixo Rio-São Paulo, fazendo com que o restante do país sinta de maneira mais imediata a dificuldade de inserir esses alunos no ensino regular e de conseguir fazer com que concluam seu curso, chegando até mesmo à universidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Felizmente, a história da Educação Especial no Brasil não acaba aqui. Grandes e profundas foram as contribuições dadas pelas LDBs, principalmente pela de número 9394/96 que dedica um capítulo inteiro a essa modalidade de ensino, na tentativa de garantir o acesso do portador de deficiência ao ensino regular; grandes contribuições também foram dadas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais que preconizam a inclusão como meio de interação entre o portador de necessidades especiais e a sociedade de modo geral. Muito há que se fazer não só por essa modalidade da educação, mas, o que é primordial, por essas pessoas “especiais” que, durante muito tempo, tiveram seu direito à educação podado. Muitos foram os avanços; os entraves, numerosos. No entanto, a luta, árdua e diária, prossegue na tentativa de integrar/incluir esses alunos ao ensino regular de forma tal que possam exercer sua cidadania, objetivo de uma sociedade democrática e não excludente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Tendências e desafios da Educação Especial/ Organizadora Eunice M. L. Soriano de Alencar. Brasília: SEESP, 1994.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo/ Moaci Alves Carneiro. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HERRERO, Jesús Presentación. A educação de alunos com necessidades especiais: bases psicológicas: caderno de atividades/ M. Jesús Presentación Herrero; tradução Maria Helena Maurão Alves de Oliveira, Marisa Bueno Mendes Gargantini. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico 2000.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1971.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

\_\_\_\_\_. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 2ed. São Paulo: Cortez, 1999.